



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

O presente documento visa analisar a viabilidade da futura aquisição, bem como, compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender as necessidades das unidades e subunidade da Universidade Federal do Pará - UFPA.

AQUISIÇÃO DE MOBILIARIOS ACADEMICOS EM GERAL, para fornecimento de forma parcelada, por um período de 12 (doze) meses, mediante solicitação pela UFPA, para compor e atualizar os mobiliários universitários da Universidade Federal do Pará, através de licitação, adotando-se como procedimento o Sistema de Registro de Preços – SRP, tipo menor preço.

A Universidade Federal do Pará ao longo dos anos tornou-se a maior instituição pública de ensino superior da Amazônia e a mais interiorizada do Brasil, estando presente com vários Campi implantados em diversas regiões do estado do Pará. Neste cenário, a área meio de uma universidade, responsável pelo atendimento das necessidades dos que realizam o ensino, a pesquisa e a extensão, tem que ter a capacidade de pensar um paradigma administrativo não só eficiente, mas, sobretudo eficaz, que produza o efeito desejado, suficientemente flexível e ágil.

1. Dados do Processo:

Órgão Responsável pela Contratação:	Universidade Federal do Pará
Unidade Administrativa Requisitante:	<i>Diretoria de Compras e Serviços- Coordenadoria de Agenda de Compras</i>
Objeto:	<i>Aquisição de Mobiliário Escolar</i>

2. Motivação/Objetivo:

A aquisição do objeto atenderá as necessidades da execução das atividades acadêmicas, de pesquisa e de extensão desta IFES.

Com essa aquisição busca-se manter registrado em ata materiais que possam ser rapidamente substituídos evitando a inutilização de um espaço por conta da falta de um Mobiliário Escolar, causando problemas e desconforto à comunidade acadêmica, por exemplo, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Considerando ainda a continua expansão da universidade é necessário considerar uma demanda dos quantitativos dos materiais para reformas e ampliações de ambientes de pesquisa e ensaio, além de considerar as substituições de produtos obsoletos existentes na instituição.

Com a demanda crescente de alunos nesta Instituição Federal de Ensino Superior, a aquisição de mobiliários acadêmicos em geral torna-se imprescindível para atender às necessidades das Unidades Internas desta UFPA, objetivando a redução de custos de aquisição e armazenamento, bem como permitindo um melhor controle dos produtos.

A UFPA busca garantir e disponibilizar o pleno acesso ao conhecimento nos níveis: médio, técnico, graduação e pós-graduação; para alunos, professores, servidores, pesquisadores e demais usuários da comunidade em geral, tendo como objetivo imprescindível uma boa qualificação profissional e intelectual.

Portanto, a aquisição dos mobiliários universitários se faz necessária, haja vista a otimização do espaço físico funcional da Instituição aos alunos, fornecendo à comunidade acadêmica a adequação de melhor conforto no ambiente de trabalho e estudo, além da necessidade de equipar os novos espaços (novos prédios, laboratórios e outros). A futura aquisição também atenderá parte do Programa de Reestruturação das Universidades Federais - REUNI e terá por finalidade a estruturação de salas de aula e laboratórios já existentes e dos demais ambientes, da UFPA e seus Campi do interior.

Opta-se pela diversidade de mobiliário universitário pois sua variedade e seu uso permite a acomodação de um número maior de servidores em áreas menores, em condições confortáveis, que atendem aos parâmetros de ergonomia e conforto, conforme as normas brasileiras INMETRO, e de modo a atender perfeitamente aos padrões ergonômicos, ou seja, que apresentem compatibilidade entre suas características e as normas técnicas da ABNT atinentes ao tema.

A Universidade Federal do Pará ao longo dos anos tornou-se a maior instituição pública de ensino superior da Amazônia e a mais interiorizada do Brasil, estando presente com vários Campi implantados em diversas regiões do estado do Pará. Neste cenário, a área meio de uma universidade, responsável pelo atendimento das necessidades dos que realizam o ensino, a pesquisa e a extensão, tem que ter a capacidade de pensar um paradigma administrativo não só eficiente, mas, sobretudo eficaz, que produza o efeito desejado, suficientemente flexível e ágil.

3. Descrição da necessidade:

Descreve-se a necessidade da unidade a partir da aquisição de mobiliários acadêmicos em geral, para fornecimento de forma parcelada, por um período de 12 (doze) meses, mediante solicitação pela UFPA, para compor e atualizar os mobiliários universitários da Universidade Federal do Pará, através de licitação, adotando-se como procedimento o Sistema de Registro de Preços – SRP, tipo menor preço.

O presente documento visa analisar a viabilidade da futura aquisição, bem como, compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender as necessidades das unidades e subunidade da Universidade Federal do Pará – UFPA.

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado. A utilização do SRP justifica-se, portanto, devido à necessidade da Administração de realizar várias aquisições do objeto licitado (entrega parcelada dos produtos). A economicidade gerada em escala, pelo agregamento de demandas, considera que o presente certame será realizado no Sistema de Registro de Preços, cuja vantagem também é a não-obrigatoriedade das aquisições.

4. Área Requisitante:

O presente documento visa analisar a viabilidade da futura aquisição, bem como, compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender as necessidades das unidades e subunidade da Universidade Federal do Pará – UFPA, gerenciadas pela Agenda de Compras da UFPA, coordenadoria vinculada a Diretoria de Compras e Serviços da Pró-reitora de Administração desta IFES.

A Agenda de Compras da UFPA, implementada pela primeira vez em 2006, teve como principal objetivo a melhoria do desempenho das atividades administrativas na área de compras, que sempre se configurou como uma das maiores dificuldades enfrentadas pela gestão universitária. A agenda da UFPA tem como objetivos principais otimizar as compras em preço e qualidade; diminuir o prazo entre a solicitação da unidade e o recebimento do material; evitar o fracionamento de despesas; reduzir a ocorrência de falhas constatadas em auditorias realizadas na UFPA. A administração superior considera que a agenda torna os trâmites burocráticos mais ágeis, como requer uma universidade moderna, pois, além de organizar e agilizar o processo, centralizará as compras, mas não o orçamento das unidades, que continuarão tendo total controle sobre suas necessidades e solicitações, dentre outras vantagens desse tipo de contratação.

Portanto, a Agenda de Compras da UFPA demonstra ser um procedimento ágil para a instituição à medida que a oferta dos produtos se antecipa à necessidade das unidades. No entanto, por se tratar de um procedimento pioneiro, ajustes e ampliações precisam ser feitos para garantir a eficácia do processo. O objetivo da área administrativa da UFPA deve ser garantir que as engrenagens deste complexo sistema funcionem, harmônica e celeremente, para que os objetivos maiores da formação de quadros e produção de conhecimentos sejam atingidos com êxito.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação:

Os requisitos das especificações foram definidos por uma equipe formada por Técnicos Administrativos, Pregoeiros e Pesquisadores da Universidade Federal do Pará, que possuem o conhecimento técnico e legal correspondente ao tipo de aquisição.

Os requisitos estipulados foram propostos considerando as inovações do mercado, a economia de recursos naturais e financeiros, bem como as especificidades prediais da UFPA. Tudo isso, na tentativa de garantir maior qualidade, durabilidade e eficiência.

Anualmente, através de pesquisas e relatórios de demandas (SIPAC), o Almoxarifado Central, o levantamento estimativo das quantidades de produtos e outros materiais que poderão ser adquiridos nos próximos doze meses para suprir as necessidades de troca de itens que tiverem atingido o final de sua vida útil, bem como, dar andamento a projetos de padronizações de ambientes com a substituição dos produtos em deterioração, e ainda suprir demandas decorrentes de possível expansão da estrutura de pessoal desta Universidade.

a) Especificação Técnica da Aquisição/Contratação:

Estabelecidas as necessidades e respectivos quantitativos, se irá elaborar a especificação técnica desses materiais, observando-se as normas do Inmetro vigentes que estabelecem critérios técnicos de segurança e de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, no caso, denominada de “compras sustentáveis”.

A licitante, deverá apresentar Catálogo, de cada produto cotado, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente para avaliação.

Sobre as exigências a serem cumpridas pelos licitantes, especialmente no que diz respeito à necessidade de apresentação de relatório de conformidade com normas técnicas expedidas pela ABNT e outros, em suma, a motivação da exigência funda-se na necessidade de verificação de requisitos funcionais intrínsecos ao produto ofertado a esta UFPA, tais como: estabilidade do conjunto a ser fornecido, resistência e durabilidade. Tal exigência, surgiu com a experiência desta Instituição na aquisição deste tipo de objeto em relação a qualidade e durabilidade dos materiais ofertados durante estes mais de 60 anos de existência.

A extensa descrição técnica dos itens solicitados neste Termo demonstra, por parte desta UFPA, a preocupação com a realização de aquisição economicamente viável, mas sem descuidar dos aspectos técnicos mínimos a serem cumpridos pelos interessados em fornecer o objeto com grande qualidade e durabilidade. Nesse sentido, cumpre ressaltar que a exigência de cumprimento às normas expedidas pela ABNT é largamente admitida na jurisprudência do TCU, conforme passagens abaixo transcritas:

6.1.13. Neste caso concreto, acompanhando a evolução jurisprudencial deste Tribunal, alinhamo-nos ao entendimento adotado pela instrução de fls. 63/69 e pelos Acórdãos Plenários 1.338/2006 e 1.608/2006, no sentido de que não há obrigatoriedade para que o edital do MME exija o cumprimento, por parte das licitantes, da norma ABNT NBR 15247.

6.1.14. No exercício do poder discricionário, caso o gestor demonstre a necessidade de se aceitar apenas a norma NBR 15247, em detrimento da competitividade que a aceitação de normas internacionais traria, pode o edital exigir que as empresas sigam a norma citada.

6.1.15. Para reforçar a tese de que existem normas da ABNT de observância facultativa, anexamos às fls. 136/140 a descrição das seguintes normas:

- NBR13962 (Móveis para escritório - Cadeiras): especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, da resistência e da durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material;

- NBR13965 (Móveis para escritório - Móveis para informática - Classificação e características físicas e dimensionais): especifica características físicas e dimensionais e classifica os móveis para informática para escritório;

- NBR13966 (Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas e dimensionais): especifica características físicas e dimensionais e classifica as mesas para escritório;

6.1.16. Dessa forma, não há como interpretar a Lei nº 4.150/1962 no sentido de que todas as normas da ABNT sejam de observância obrigatória, sob pena de se chegar ao ponto de realizar licitação para compra de material de escritório sendo aceitos somente licitantes cujos produtos sejam certificados ou atendam as normas da ABNT.

6.1.17. Então, a interpretação mais coerente da Lei nº 4.150/1962 seria a de que a obrigatoriedade de observância das normas técnicas da ABNT se aplica tão-somente àquelas de natureza procedimental, cujo objetivo seja o detalhamento das etapas a serem seguidas na execução de obras e serviços de engenharia.

6.1.18. Com relação às demais normas, assim entendidas aquelas de cumprimento facultativo, cabe ao gestor decidir sobre a necessidade de exigí-las, devendo essa decisão ser sempre fundamentada. (Tribunal de Contas da União; Processo nº 017.812/2006-0; Acórdão nº 2392/2006 – Plenário; Rel. Min. Benjamin Zymler, DOU 13/12/2006).

Por outro lado, também deve ser considerado que a certificação de acordo com as normas técnicas expedidas pela ABNT é usual entre as atuantes no mercado mobiliário que possuem nível de estrutura e organização esperado das empresas que desempenham objeto de magnitude semelhante ao pretendido pela UFPA, mesmo que agrupados em lotes.

Tal exigência está em consonância com a finalidade precípua da qualidade técnica, qual seja, garantir que aqueles que se proponham a fornecer bens e serviços para administração detenham o cabedal técnico necessário para executar o contrato com a qualidade esperada e dentro das especificações determinadas pela contratante no edital.

No que se refere à possibilidade de alegação de que a exigência de certificação, de acordo com as normas da ABNT, cause restritividade ao universo de potenciais licitantes atuantes no mercado, é importante destacar que a jurisprudência do TCU admite a exigência de adequação dos produtos ofertados às normas técnicas expedidas pela ABNT, com a finalidade de possibilitar que a Administração Pública realize aquisições eficazes e econômicas. Na maioria das vezes, a opção mais barata não se traduz em aquisição eficiente, conforme orientação do TCU em publicação vigente. (vide: *Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010*).

Diante disso, a especificação de mobiliário universitário, que atenda a requisitos técnicos de estabilidade, resistência e durabilidade, visa efetivar o postulado da eficiência, na medida em que mitiga os riscos de aquisição de mobiliário acadêmico com padrão de qualidade de acordo com normas técnicas expedidas pela ABNT.

Sobre a Ergonomia, que é o estudo da adaptação do trabalho às características fisiológicas e psicológicas do ser humano, definição da Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), o principal objetivo prático da ergonomia é elevar a qualidade de vida do ser humano, e assim elevar seu desempenho no trabalho, diminuir a fadiga, evitar doenças e acidentes, tendo por consequência um melhor resultado qualitativo e quantitativo das atividades realizadas, além de evitar LER, DOR, Stress, Fadiga, e corrigir a postura do usuário. Além de ser preocupar com as características de acessibilidade e inclusão social.

Sobre tal aspecto, a UFPA possui a obrigação legal de cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, sendo essencial sua observância para que o corpo funcional da Instituição tenha condições de trabalho e estudo em conformidade com a regulamentação do Ministério do Trabalho, diminuindo, assim, a incidência de doenças ocupacionais.

A garantia dos equipamentos consiste na reparação das eventuais falhas e na substituição de peças e componentes originais que se apresentem viciados ou defeituosos, durante todo o período de vigência da garantia, desde que as manutenções preventivas tenham sido feitas de acordo com as recomendações do fabricante.

b) Método e Estratégia de Avaliação das Propostas

Poderá ser solicitada à licitante detentora do melhor lance amostra dos produtos ofertados. Para efeito de avaliação das amostras apresentadas, os técnicos designados para esse fim considerarão os seguintes fatores:

- a) Conformidade com as especificações e características técnicas;
- b) Qualidade: Os materiais empregados deverão ser de alta qualidade, e com acabamento impecável, sem falhas; Os móveis universitários deverão ser construídos de modo a terem resistência e estabilidade, e proporcionando segurança ao equipamento e ao usuário.
- c) Durabilidade;

- d) Acabamento;
- e) Estética;
- f) Ergonomia;
- g) Funcionalidade;
- h) Conectividade;
- i) Compatibilidade com o mobiliário acadêmico existente.

Os fatores acima relacionados serão analisados em conjunto, levando-se sempre em consideração o fim a que se destina o móvel e, principalmente, o seguinte:

Quanto à qualidade – todo o processo produtivo pelo qual passa o móvel, tais como, matéria prima utilizada, componentes, banhos preparatórios em metais, colagem, pinturas, controle de qualidade etc.;

Quanto à durabilidade – a resistência do móvel, seja em relação à matéria prima utilizada, ou em relação ao processo produtivo empregado;

Quanto ao acabamento – o esmero na fabricação do móvel, tais como, junção das peças, igualdade das medidas, lixamento, pintura etc.;

Quanto à estética – design, robustez, detalhes, cores e acabamentos, harmonia das linhas, rápida obsolescência, fadiga visual etc.;

Quanto à ergonomia – a conformidade do móvel com as normas técnicas da ABNT;

Quanto à funcionalidade – existência de empecilhos à movimentação dos usuários na execução das tarefas diárias, bem como das peças componentes;

Quanto à conectividade – existência de empecilhos na alteração da disposição das peças componentes em virtude da alteração das necessidades de uso e layout;

Quanto à compatibilidade – os itens a serem fornecidos devem apresentar os mesmos padrões estéticos, ergonômicos e de durabilidade do mobiliário acadêmico já existente nesta Universidade Federal do Pará.

A execução e montagem do mobiliário deverão seguir, obrigatoriamente, as especificações técnicas, os quantitativos constantes em cada Autorização de Fornecimento, e:

a) Laudo emitido por laboratório em conformidade com a ABNT NBR 16671/2018 par aos itens 01 e 02 do lote 01 e ABNT NBR 14006/2008 para o item 03 do lote 01;

b) Laudos para produtos com estrutura: Laudo emitido por laboratório quanto a tinta aplicada espessura e camada de tinta NBR 10443/08 e NBR 14006/2008. Laudo emitido por laboratório quanto a resistência a névoa salina NBR 8094/83 e do NBR 14006/2008, considerável importante para nosso ambiente amazônico quente e úmido. Laudo emitido por laboratório quanto a atmosfera úmida saturada NBR 8095/15 e da NBR 14006/2008, considerável importante para nosso ambiente amazônico quente e úmido. Relatório de ensaio da determinação do teor de chumbo na pintura epóxi-pó das estruturas metálicas dos móveis, conforme Lei Federal nº 11.762/08.

c) Laudos para componentes ABS: Laudo emitido por laboratório técnico para confirmação da veracidade da resina ABS (butadieno-estireno-acrilonitrila); Laudo elaborado por laboratório acreditado pelo Inmetro de ensaio atestando a resistência ao impacto izod do acrilonitrilabutadieno estireno – ABS.

d) Laudo para assento e encosto: Laudo emitido por laboratório quanto ao limite de resistência a flexibilidade do assento e encosto em resina plástica, determinantes para a qualidade do produto ofertado e atendendo a demanda interna de nossos

estudantes;

e) - **Conjunto Aluno (mesa e cadeira):** Apresentar Certificado emitido por organismo certificador de acordo com a Norma NBR 14006/2008, obedecendo à Portaria 102/2012 do INMETRO.;

f) - **Conjunto Carteira Escolar:** Apresentar Certificado emitido por organismo certificador de acordo com a Norma NBR 16671/2018, carteiras acopladas;

O fato futuro do Termo de referencia solicitar para os itens 1 e 2 do lote 01 que 5% do quantitativo seja com medidas para obeso, pois através de pesquisas identificamos que esse modelo de carteiras com medidas especiais possuem um custo mais elevado, desta forma, colocando como percentual dentro do item, a licitante atenderá ao quantitativo mínimo como o mesmo valor da carteira correspondente ao item, e principalmente pelo fato de ser um produto que possua o mesmo designe tanto para medidas de obeso quanto para medidas para não obeso para que não haja nenhum tipo de constrangimento para o usuário, da mesma forma, para todos os itens do lote 01, 02 e 03 exceto o item 06, a mesa cadeirante, deverá ser utilizado o mesmo critério passando a ser exigido um percentual de medidas para obeso nas cadeiras;

Visando a qualidade e excelência na aquisição vislumbramos alguns aspectos técnicos essenciais para a busca de um objeto com melhor qualidade, durabilidade, rentabilidade, além de qualidade de saúde dos usuários dos produtos (ergonomia). Essa exigência atende ao interesse público e não se mostra desmedida ou desarrazoada, pois incumbe à Administração estipular os requisitos mínimos de qualidade e desempenho do objeto. Assim, a exigência de normas técnicas prevê requisitos mecânicos, de segurança e ergonômicos para o mobiliário a ser adquirido, possam contar com padrões mínimos de qualidade e segurança.

Nos itens será permitida uma variação de até 6% (desvio padrão) nas medidas de dimensão dos materiais referidos. Sublinhe-se que não será admitida variação na espessura dos materiais (variação negativa).

6. Levantamento de Mercado:

A aquisição dos materiais relacionados ao objeto, adequa-se mais ao Registro de preço em Ata, tendo em vista impossibilidade de precisão na previsão da demanda, já que se tratam de materiais que servirão para manutenção corretiva. Ademais o registro de preços atende a redução de custos de armazenamento.

Trata-se de aquisição de equipamentos de refrigeração relacionados ao objeto deste termo de referência tipo Menor Preço por Lote, para a Agenda de Compras da UFPA. A agenda de compras da UFPA tem como objetivos principais otimizar as compras em preço e qualidade; diminuir o prazo entre a solicitação da unidade e o recebimento do material; evitar o fracionamento de despesas; reduzir a ocorrência de falhas constatadas em auditorias realizadas na UFPA.

A Agenda de Compras da UFPA demonstra ser um procedimento ágil para a instituição à medida que a oferta dos produtos se antecipa à necessidade das unidades. No entanto, por se tratar de um procedimento pioneiro, ajustes e ampliações precisam ser feitos para garantir a eficácia do processo. O objetivo da área administrativa da UFPA deve ser garantir que as engrenagens deste complexo sistema funcionem, harmônica e celeremente, para que os objetivos maiores da formação de quadros e produção de conhecimentos sejam atingidos com êxito.

7. Descrição da Solução como um todo:

O presente documento visa analisar a viabilidade da futura aquisição, bem como, compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender as necessidades das unidades e subunidade da Universidade Federal do Pará – UFPA, gerenciadas pela Agenda de Compras da UFPA, coordenadoria vinculada a Diretoria de Compras e Serviços da Pró-reitora de Administração desta IFES.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas:

A fonte de informação para estimar as quantidades foi o levantamento fornecido pela Coordenação da Agenda de Compras da UFPA, pelo SIPAC (relatório da Ata anterior, SRP 11/2021 e 12/2019, além da anterior SRP 110/2017, através de media), e o levantamento dos quantitativos considerando as demandas do Plano Anual de Contratações (PAC) 2022, bem como a estimativa prévia do Almoxarifado. Diante deles, foi possível decidir sobre a definição dos quantitativos para o Termo de Referência.

Assim, anualmente, através de pesquisas e relatórios de demandas, a Agenda de Compras estipula, junto ao Almoxarifado Central desta UFPA, o levantamento estimativo das quantidades de mobiliário e outros materiais que poderão ser adquiridos nos próximos doze meses para suprir as necessidades de troca de itens que tiverem atingido o final de sua vida útil, bem como, dar andamento a projetos de padronizações de ambientes com a substituição dos mobiliários em deteriorização, e ainda suprir demandas decorrentes de possível expansão da estrutura de pessoal desta Universidade.

As quantidades apresentadas foram embasadas no levantamento de necessidades promovido pela Diretoria de Compras e Serviços, vinculada a Agenda de Compras desta UFPA, com decréscimo de aproximadamente 15% a 30% do quantitativo, pois, apesar de previsto uma expansão da demanda interna, considera-se o cenário atual de pandemia vivo mundialmente desde início de 2022 e final de 2021, com restrição orçamentaria prevista, através da crise econômica surgida decorrente da pandemia. Ressalte-se que o almoxarifado sempre realiza levantamento dos produtos obsoletos e em desuso, em processo específico, para doação e reestruturação.

ANALISE DE QUANTITATIVOS QUANTITATIVO ESTIMADO NOS ÚTIMOS ANOS

ITEM	DESCRIÇÃO	PE SRP 110/2017		
		TOTAL	SALDO	EMPENHADO
1	CADEIRA COM PRANCHETA ACOPLADA TAMANHO ADULTO	600	600	0
2	CARTEIRA ACADÊMICA COM PRANCHETA LATERAL	1000	996	4
3	CONJUNTO COMPOSTO DE MESA E CADEIRA FIXA ADULTO	2000	0	2000
4	CONJUNTO REFEITORIO EM RESINA TREMOÁSTICA 1200X800			0
5	CONJUNTO REFEITÓRIO EM RESINA TERMOPLÁSTICA MEDINDO 1200X800			0
6	MESA PARA CADEIRANTE.			0
7	CONJUNTO DE MESA MEDINDO 1200MMX800MM	500	305	195
8	MESA PRANCHETA PARA DESENHO ARTICULAVEL			0
9	CADEIRA ESTOFADA PARA MESA DE DESENHO			0
ITEM	DESCRIÇÃO	PE SRP 12/2019		
		TOTAL	SALDO	EMPENHADO

1	CADEIRA COM PRANCHETA ACOPLADA TAMANHO ADULTO	500	500	0
2	CARTEIRA ACADÊMICA COM PRANCHETA LATERAL	800	650	150
3	CONJUNTO COMPOSTO DE MESA E CADEIRA FIXA ADULTO	2500	1397	1103
4	CONJUNTO REFEITORIO EM RESINA TREMOÁSTICA 1200X800	80	80	0
5	CONJUNTO REFEITÓRIO EM RESINA TERMOPLÁSTICA MEDINDO 120	80	80	0
6	MESA PARA CADEIRANTE.	120	119	1
7	CONJUNTO DE MESA MEDINDO 1200MMX800MM	150	103	47
8	MESA PRANCHETA PARA DESENHO ARTICULAVEL	100	64	36
9	CADEIRA ESTOFADA PARA MESA DE DESENHO	100	100	0
ITEM	DESCRIÇÃO	PE SRP 11/2021		
		TOTAL	EMPENHADO	SALDO
1	CADEIRA COM PRANCHETA ACOPLADA TAMANHO ADULTO	100	100	0
2	CARTEIRA ACADÊMICA COM PRANCHETA LATERAL	200	21	179
3	CONJUNTO COMPOSTO DE MESA E CADEIRA FIXA ADULTO	2000	332	1668
4	CONJUNTO REFEITORIO EM RESINA TREMOÁSTICA 1200X800	10	10	0
5	CONJUNTO REFEITÓRIO EM RESINA TERMOPLÁSTICA MEDINDO 120	10	10	0
6	MESA PARA CADEIRANTE.	15	3	12
7	CONJUNTO DE MESA MEDINDO 1200MMX800MM	100	0	100
8	MESA PRANCHETA PARA DESENHO ARTICULAVEL	40	6	34
9	CADEIRA ESTOFADA PARA MESA DE DESENHO	40	6	34

9. Estimativa do Valor da Contratação:

Será utilizado como metodologia do preço de referência, critério sugerido na IN nº 73/2020: pesquisa com fornecedores, contratações similares e o Pannel de Preços do governo federal, a este dado precedência em relação aos demais. Cabe citar que foram consultados também os valores registrados na Ata SRP vigente do ano anterior, SRP 11/2021.

Item	Descrição	Preço Unitário	Quantidade	Preço Total
1	CADEIRA COM PRANCHETA ACOPLADA	R\$ 1.055,12	100	R\$ 105.512,00
2	CARTEIRA ACADÊMICA COM PRANCHETA LATERAL	R\$ 850,94	200	R\$ 170.188,00
3	CONJUNTO COMPOSTO DE MESA E CADEIRA FIXA	R\$ 1.455,96	2.000	R\$ 2.911.920,00
4	Conjunto refeitório em resina termoplástica medindo 1200mmX800mm, com 04 cadeiras	R\$ 4.973,94	10	R\$ 49.739,40
5	CONJUNTO REFEITÓRIO EM RESINA TERMOPLÁSTICA MEDINDO 1200MMX800MM, COM 06 CADEIRAS	R\$ 5.943,15	10	R\$ 59.431,50
6	MESA PARA CADEIRANTE	R\$ 2.404,63	15	R\$ 36.069,45

7	CONJUNTO DE MESA MEDINDO 1200MMX800MM, COM 02 CADEIRAS	R\$ 3.672,69	100	R\$ 367.269,00
8	MESA PRANCHETA PARA DESENHO ARTICULAVEL	R\$ 1.213,47	40	R\$ 48.538,80
9	CADEIRA ESTOFADA PARA MESA DE DESENHO	R\$ 1.021,61	40	R\$ 40.864,40

R\$
Valor Estimado: 3.789.532,55

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução:

Será utilizada como metodologia a dinâmica do sistema de registro de preços, por um período de 12 meses, considerando assim, entregas parceladas conforme demanda e as necessidades das unidades e subunidade da Universidade Federal do Pará – UFPA, gerenciadas pela Agenda de Compras da UFPA, coordenadoria vinculada a Diretoria de Compras e Serviços da Pró-reitora de Administração desta IFES.

Considerando todo o trabalho de estipulação dos quantitativos e características técnicas por parte da Agenda de Compras da UFPA, foram agrupados os itens considerando-se aspectos de ambientes de trabalhos correspondentes, além de atender ao Princípio da compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecida.

O agrupamento visou tornar mais eficiente o processo de aquisição do registro de preços, proporcionando assim um processo mais eficaz e econômico. Cabe lembrar que o agrupamento de itens torna o preço mais atraente e compensatório em termos logísticos ao fornecedor, fomenta a disputa e amplia o número de interessados na licitação; e, finalmente, considerando que este procedimento atende aos princípios que norteiam as aquisições públicas de bens e serviços e esta prática visa adquirir o melhor pelo menor preço, dentro de uma possível e maior aproximação da padronização de garantia e manutenção.

Alguns itens por serem de extrema semelhança, utilizará da realização por agrupamento em MENOR PREÇO POR LOTE, pois se tem uma estimativa de ganhos em termos de economia de escala, na medida em que a maior quantidade de itens de materiais de mesma natureza (lote) propicia condições de propostas mais vantajosas para a Administração, haja vista a disponibilidade de estoque dos fornecedores pelo incremento do fluxo da produção e pelo aproveitamento mais eficiente dos recursos logísticos (transporte, pessoal), além da questão da garantia de manutenção durante a contratação.

Outrossim, a adoção da licitação por itens isolados exigiria um elevado número de procedimentos para seleção (remeteria bastante tempo), o que tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, seguindo entendimento do Acórdão 5301/2013 - Segunda Câmara/TCU.

A estimativa de ganhos em termos de economia de escala, na medida em que a maior quantidade de itens de materiais de mesma natureza (lote) propicia condições de propostas mais vantajosas para a Administração, haja vista a disponibilidade de estoques dos fornecedores pelo incremento do fluxo da produção e pelo aproveitamento mais eficiente dos recursos logísticos (transporte, pessoal), além da questão da garantia de manutenção durante a contratação.

A Universidade, com essa decisão justificada em tal procedimento administrativo, visou aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todos os equipamentos licitados, bem como facilitar e otimizar a gestão do contrato de serviço de garantia e assistência técnica.

Importante ainda salientar que, esta Administração pretende adquirir equipamentos que no seu contexto geral são da mesma natureza, mobiliário universitário, tendo a certeza que aglutinando os itens em um lote somente, poderá gerar ao licitante ganhador, uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global, além de garantir o cumprimento do cronograma de entrega proposta no edital, pois caso os itens fossem divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles, comprometeria todo o planejamento desta Administração.

Importante ressaltar também, que nos procedimentos licitatórios conduzidos pela Administração Pública, muitas vezes o objeto deste certame implica não só a aquisição (compra) de bens, produtos, equipamentos, mas também a prestação de garantia (assistência técnica) aos mesmos, de responsabilidade do fornecedor contratado, para as situações em que houver necessidade de reparos que porventura se façam necessários nos bens adquiridos, como no caso em epígrafe, de aquisição de mobiliário escolar.

Dessa forma, é legítima a adoção da licitação tanto por item quanto por lotes formados com elementos de mesma característica.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes:

Não são apontadas correlações ou interdependência com outras contratações. Na verdade o que ocorre é uma nova licitação, via metodologia do registro de preços, visto que a Ata SRP vigente do ano anterior, SRP 11/2021, já se encontra vencida.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento:

São apontadas correlações ou interdependência com outros planos e o planejamento desta IFES e do Governo Federal:

- **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025.** Para atender ao objetivo estratégico: “Contribuir na promoção da infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas”.
- **Plano Anual de Aquisições 2022.** A Coordenadoria da Agenda de Compras é o setor responsável, dentro da Diretoria de Compras e Serviços, por gerenciar atas de equipamentos e contratação de serviços “comuns” as unidades da UFPA. Todos os anos são realizados pregões pelo sistema de registro de preços cujas quantidades e itens são baseados na demanda expressa pelos Campi, Núcleos, Institutos e Administração Superior.
- **Plano de Gestão de Logística Sustentável.** Para auxiliar no alcance das metas dos eixos “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho”, “Material Permanente”, “Manutenção Predial”.

13. Resultados Pretendidos:

Os demonstrativos dos resultados pretendidos gira em torno da economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

A Administração almeja com a contratação/aquisição do objeto, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, melhoria da qualidade de produtos, de forma a atender à necessidade da contratação.

- a) Dispor de materiais que possuam um custo-benefício otimizado;
- b) Garantir níveis satisfatórios de qualidade dos materiais que integram a infraestrutura que abriga atividades da UFPA;
- c) Dispor de recursos de Mobiliário Escolar para suprir as necessidades de infraestrutura de serviços e administrativos das diversas unidades da UFPA;
- d) Garantir níveis satisfatórios de qualidade e disponibilidade de serviços para as atividades meio e finalísticas da UFPA;
- e) Contribuir para as metas e as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, alinhado à estratégia da UFPA.
- f) Fomentar a comercialização de produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental no mercado;
- g) Redução da emissão de gases do efeito estufa no ambiente;
- h) Disseminar uma maior conscientização ambiental por parte da comunidade da UFPA.

14. Providências a serem Adotadas:

A modalidade de licitação proposta para atender a demanda é o Pregão Eletrônico SRP, por visar a obtenção da proposta mais vantajosa, com a finalidade de proceder Registro de Preços, conforme Decreto nº 7.892/2013, tendo em vista tratar-se de bens que se enquadram no conceito de serviços comuns para fins do disposto no Art. 4º do Decreto nº 5.450/2005, e como preconizado no art. 1º da Lei 10.520/2002.

O objeto desse estudo e do posterior termo de referência enquadra-se na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio de Pregão eletrônico, do tipo menor Preço por Lote/Item.

A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, reduzindo a quantidade de licitações, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano, em Ata, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, etc. Assim, enquadra-se no Decreto nº 7892/13, artigo 3º, inciso IV.

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;”

A utilização do SRP justifica-se, portanto, devido à necessidade da Administração de realizar várias aquisições do objeto licitado (entrega parcelada dos produtos). A economicidade gerada em escala, pelo agregamento de demandas, considera que o presente certame será realizado no Sistema de Registro de Preços, cuja vantagem também é a não obrigatoriedade das aquisições.

15. Possíveis Impactos Ambientais:

Mais uma vez, não é desnecessário afirmar que a legislação pátria possui forte preocupação com a adoção de práticas de sustentabilidade nas aquisições públicas. Apenas para ilustrar, podemos extrair alguns exemplos na Lei de Licitações: (i) art. 3º, da Lei nº 8.666/93 (“...desenvolvimento nacional sustentável...”); e (ii) art. 12, VII, da Lei nº 8.666/93 (“impacto ambiental”). Por oportuno, também merece ser registrada a Instrução Normativa nº 01/2010, a qual possui a finalidade estimular a adoção de práticas sustentáveis nos editais das Licitações realizadas pela Administração Pública Federal.

Dessa forma, a exigência de que os licitantes demonstrem que a matéria-prima utilizada respeita normas ambientais não deve ser encarada como restritiva, uma vez que efetiva enunciados normativos vigentes e eficazes no ordenamento jurídico. Ademais, a possibilidade de que seja apresentado certificado de procedência da madeira na apresentação da proposta é consideração importante, porquanto diz respeito à qualidade da matéria-prima utilizada para a confecção do mobiliário ofertado.

O Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP orienta quando se deve exigir a inscrição e regularidade no CTF do IBAMA como critério do fabricante do produto. A UFPA opta por exigir na aceitação da proposta, por entender que se trata de especificação técnica e também para garantir a celeridade do certame tal exigência do fabricante, em especial de condicionadores de ar, por exemplo.

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente aquisição observará também os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, de que os materiais apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra. Utilizar matéria-prima com produtos sustentáveis (tintas, vernizes e adesivos à base de água ou óleo vegetal), seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ao obedecer às seguintes ações: evitar, reduzir, reutilizar, reciclar, incinerar com recuperação energética e, realizar a disposição final adequada dos rejeitos.

O fornecedor no momento do recolhimento dos resíduos dos materiais consumidos e por ele fornecidos deverá apresentar documento probatório de que o referido lixo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado o lixo, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

Quando couber, deve no edital do certame, exigir que o licitante comprove que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/IBAMA, quando for exigível o CTF do fabricante, baseado na legislação do Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidora e Utilizadora de Recursos Ambientais – CTF/APP, de acordo com o previsto nos arts. 17, II, art. 17-c e Anexo VIII (especialmente o item 5 deste anexo, além de outros, no que couber), todos da Lei nº 6.938/1981; e art. 2º, I, a, art. 10, I, e Anexo I, todos da IN IBAMA nº 06/2013; afim de garantir o objetivo da sustentabilidade nas licitações; com referência também ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU

16. Declaração de Viabilidade:

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado pelos integrantes TÉCNICO e REQUISITANTE em harmonia com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis, pelo que RECOMENDAMOS o prosseguimento do processo de LICITAÇÃO. Além disso, faz-se viável a aquisição no sentido de que as pesquisas refletem a realidade mais próxima do preço de mercado, além de as especificações terem tido como base os equipamentos já adquiridos por esta IFES anteriormente.

17. Responsáveis:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares, incluindo a elaboração do Gerenciamento de Riscos da presente aquisição/contratação e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, conforme modelo constante no Anexo IV.

Equipe de Planejamento da Contratação	
Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
Francineuto Guedes de Oliveira Matrícula: 1152675	<Edson Furtado Louzada> Matrícula: 2457109

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017,

Autoridade Competente
Raimundo da Costa Almeida SIAPE: 1577272 PROAD/UFPA

Belém-PA, ____de Fevereiro de 2022.